

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

PORTUGAL NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS **

Elege-se um rei nas Cortes de Coimbra de 1385. Com esse acto, até então inédito na história portuguesa, se vai iniciar uma nova dinastia, a de Avis. Será ela a condutora dos destinos de um reino que no político, social e cultural vai transitar, gradualmente, de tempos de medievalidade para uma nova era de modernidade. Vivem-se tempos de expansão e conquista, de abertura à Europa e ao mundo, de afirmação de poder e prestígio, mas simultaneamente tempos de crises e fortes convulsões, de guerra interna e externa. Num entrecruzar de velhos e novos mundos que leva necessariamente a embates económicos, sociais e culturais, geradores de um vital dinamismo. Caldeiam-se os impulsos profundos de uma contrastada sociedade com a liderança de certos homens de Estado, mormente reis e infantes, que protagonizam antigos anseios ou renovados ideais.

É D. João I, outrora Mestre de Avis, o iniciador da política Quatrocentista. Alçado a rei no termo de um processo revolucionário e sem precedentes entre nós, vai ter de consolidar o seu prestígio dentro e fora das suas fronteiras. E nesses primórdios do governo prendeu-o a guerra com Castela. Logo em Agosto de 1385 defrontam-se os exércitos portugueses e castelhanos em Aljubarrota. Salda-se o recontro por uma vitória nacional, que em boa parte à larga visão do estratega Nuno Álvares Pereira se deve, e que se constituirá no

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Centro de História da Sociedade e da Cultura.

** Este texto, numa versão mais abreviada, foi publicado no catálogo sobre as Feitorias, exposição que se integrou na Europália 91. Assumida como uma síntese, dispensaram-se, nesta lição, as citações bibliográficas.

símbolo legitimador da realeza. Mas subsequentemente os castelhanos continuarão a invadir e devastar o território português, enquanto portugueses, aliados a ingleses, os enfrentam no solo pátrio ou os atacam em terras da Galiza e de Castela. Este prolongado estado de guerra, pontuado por alguns acordos de paz, só terminará definitivamente em 1411. Longo tempo, pois, de conflitos, que dificultaram a agricultura e o comércio, que enfraqueceram o tesouro, obrigando a múltiplas quebras da moeda, que destruíram vidas e bens.

E tanto mais difícil era esse período quanto havia que congraçar os interesses das diversas forças sociais do reino. Num primeiro momento D. João I satisfaz os anseios das camadas populares que o apoiaram. Em Lisboa os mesteres passam a ter assento na Câmara e para todo o país determina a alça do tabelamento dos salários. Passou ainda a deliberar ouvido um conselho que maioritariamente contemplava as estruturas não privilegiadas, integrando 1 prelado, 2 fidalgos, 3 letrados e 4 cidadãos.

Mas caminhando-se pela década de 90 o monarca vai repor a velha ordem de uma sociedade dominada pelos interesses de senhores, de proprietários rurais, de oficiais régios e uma certa burguesia urbana. Não há pois uma subversão da estrutura social herdada, ainda que se detecte uma certa mobilidade social com a renovação dos quadros dirigentes, o rejuvenescimento e reorganização da nobreza e o crescimento da força política das comunidades concelhias.

A nobreza portuguesa, tendo-se algumas das suas mais antigas linhagens aliado a Castela e aí refugiado, sofre uma mudança com a ascensão de filhos secundogénitos e certas nobilitações. Mas, no seu conjunto, e porque com o decorrer dos anos alguns exilados vão até regressando, ela mantém os mesmos interesses de sempre do grupo, que se traduzem por aumentos de terras, rendas, jurisdições e tenças, que o monarca lhes prodigaliza como recompensa pelos serviços prestados. E D. João I agraciará de facto a nobreza com múltiplas doações de bens, rendimentos e poderes, com destaque muito particular para Nuno Álvares Pereira, o braço armado que o guindou ao trono. Feito conde de Ourém, Barcelos, Arraiolos e Neiva, o seu vasto património e poderio questiona mesmo a própria Coroa, pelo que o casamento da sua filha D. Beatriz com D. Afonso, bastardo de D. João I, origem da casa de Bragança, foi a solução de compromisso encontrada para resolver o antagonismo. Para contrabalançar a força desta nobreza o soberano dotará prodigamente as casas senhoriais dos infantes, sobretudo de D. Duarte, o herdeiro, D. Pedro, duque de Coimbra e D. Henrique, duque de Viseu.

Escuta D. João I, por outro lado, os anseios concelhios. Assim, durante o seu reinado, reunirá cerca de 3 dezenas de Cortes, à média de 1 em cada 1,8 anos. So que a elas vai chegando cada vez menos a voz do povo, escutando-se sobremaneira os pedidos de urna aristocracia vilã. Por isso se sucedem as determinações que restringem a liberdade de escolha de profissão, cerceam a livre circulação, obrigam ao trabalho por salários tabelados, submetem os mesteres aos interesses da burguesia urbana. Os objectivos comerciais de certos sectores da população são contemplados com a criação de novas feiras ou o acréscimo de prerrogativas para as existentes, enquanto nos grandes centros, por onde correm as exportações, se fixa um número cada vez maior de mercadores estrangeiros, acarinhados por privilégios reais.

O erário régio, sempre em dificuldades, vive da desvalorização da moeda, que desde a morte de D. Fernando até 1422 chega a depreciar-se mais de 100 000 %, nunca se tendo cunhado moeda de ouro durante este reinado. Mas aproveitando-se do meio mercantil que já então se vive, D. João I, com a generalização a todo o país das sisas, imposto indirecto sobre a compra e venda de bens, arrecadaria um dos rendimentos mais significativos do tesouro.

Prosseguindo uma actuação centralista, rodeia-se o monarca, no governo do reino, de uma sociedade política de burocratas, notários, escribas, onde o peso dos legistas vai suplantar o dos clérigos, que o coadjuvam no controlo da justiça, fazenda, administração e outorga de privilégios. A burocracia joanina, constituída inicialmente por homens novos, e algo desorganizada, tende a estabilizar-se a partir dos inícios do século XV. E desde o momento em que o pragmático D. João associa a si o intelectual D. Duarte emerge uma nova faceta legislativa que muitas vezes só produzirá frutos nos reinados subsequentes. Procura também controlar a administração local através de juízes régios e de uma remodelação do sistema de eleições.

Sustentará todo o seu poder e prestígio a partir da família real, cujos membros serão exemplo e modelo para a Corte. D. Filipa, filha do duque de Lencastre, com quem se consorcia em 1387, será penhor de outras linhas de influência na corte portuguesa, e a sua descendência, a ínclita geração de infantes como D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando protagoniza os ideais e a praxis de uma nova realeza. Os membros da família real são cultos e viajados. O infante D. Pedro deambulará pela Península, por Itália, sendo em Roma recebido pelo papa, pela Flandres, Inglaterra, onde foi

distinguido com a ordem da Jarreteira e Hungria, aí se batendo contra os Turcos ao lado do imperador Segismundo, tendo por isso recebido o ducado de Treviso.

Portugal abre-se então para o exterior e a Coroa tem múltiplas e boas relações com a Europa cristã, firmadas tantas vezes por alianças matrimoniais. Sobressai o casamento da infanta D. Isabel com o poderoso duque da Borgonha, Filipe o Bom, que muito contribuiu para o implemento da feitoria portuguesa de Bruges. Por sua vez a infanta D. Beatriz casa com fidalgos ingleses, enquanto D. Duarte e D. Pedro firmam com os seus consórcios os laços com a coroa de Aragão. Não menos amistosas são as relações com o Papado, obtendo D. João I para o seu filho João o mestrado de Santiago e para D. Henrique o de Cristo.

Portugal, através da dinastia de Avis, firma-se na constelação dos reinos europeus. Em consentâneo abre-se à conquista e descoberta de novas terras, primando no domínio do Atlântico.

Alcançada a paz, Portugal lança-se decididamente numa política de conquista marroquina, de descoberta e colonização das ilhas atlânticas e de exploração da costa africana. Rasgam-se todos os caminhos de expansão que no futuro se irão trilhar. Ainda então sem choques, dicotomias ou antagonismos, porque o vasto plano político que se foi gizando devia congraçar os interesses dos diversos grupos sociais. Plano idealizado e apoiado pela Coroa, com o envolvimento de reis e infantes, o que lhe confere um carácter de projecto "nacional", que se vai concretizando e ampliando ao longo dos diversos reinados.

O primeiro passo dessa empresa será a tomada de Ceuta em 1415, abandonado que foi o objectivo granadino. Ceuta era a praça que facilitaria a penetração portuguesa pelos mundos marroquino-mediterrânico e marroquino-atlântico e conduziria aos mercados do ouro, dos cereais, dos panos e das pescas. As dificuldades económico-sociais que se viviam, agudizadas pelas campanhas da independência, impulsionariam a Coroa, que queria ver restaurado o erário público, mas não menos moveriam os nobres, que pelos feitos de armas desejavam aumentar a sua honra e proveito, traduzidos em terras e despojos e, em simultâneo, a burguesia que almejava afastar a pirataria muçulmana das costas algarvias e dinamizar as relações comerciais com os portos do Norte de África. Permanecendo por largos anos o único bastião do domínio português em Marrocos, não se lograram todavia os efeitos desejados, e a manutenção de Ceuta sairá bastante cara ao país. A sua defesa exigia uma sangria de homens

do reino, desde quadros militares suportados pela fidalguia até às guarnições que muitas vezes à custa de criminosos se sustentavam, e igualmente de dinheiro que se obtinha pelo lançamento de pedidos, odiosos aos povos, que em Ceuta veriam um "bom sumidoiro de gente, armas e dinheiro", como bem expressa o infante D. Pedro. Mas essa praça marroquina foi tirocínio para várias gerações de nobres, alguns conseguindo nela mais riqueza, e serviu também aos que viviam do "trato" do comércio e àqueles que se lançavam na via da pirataria e corso.

Um outro rumo da expansão ultramarina visou as ilhas atlânticas. Chegados à Madeira e Porto Santo entre 1419-21 e aos Açores entre 1427-32, logo se empreende com êxito a sua colonização. Queimada a floresta semear-se-á o cereal, a cana-de-açúcar e a vinha; aproveitam-se os rendimentos da criação de gado; promove-se a extracção e fabrico de cores para a tinturaria; colhem-se os réditos da pesca; arrecada-se a madeira que servirá a construção naval. Estes produtos sustentarão a metrópole, os presídios marroquinos e depois o comércio da Guiné.

Iniciam-se, por sua vez, as navegações para a costa de África, e logo em 1434 Gil Eanes dobra o Cabo Bojador. A tais empresas se associa o nome do infante D. Henrique, conhecendo-se, através do cronista Zurara, as motivações que o levaram à busca de novas terras. Conjugam-se na sua acção uma curiosidade geográfica, um espírito de cruzada e proselitismo a par de uma preocupação comercial. Convergindo no seu querer o ideal medieval do serviço de Deus e do reino com o valor moderno do proveito, sobretudo mercantil. Dirigirá, pois, até ao final da vida, as diversas expedições de navegação, com ele se firmando também os primórdios do comércio africano. Mobilizará para tal muitos dos efectivos humanos e pecuniários da sua rica casa senhorial, constituída por um vasto património fundiário, garante de rendas dominiais e senhoriais, mas não menos por actividades mercantis, onde avultam os monopólios das saboarias, dos moinhos móveis do Tejo e da indústria do pastel, a par de exclusivos vários de pesca. Chegados ao Rio do Ouro em 1436, as viagens vão porém deter-se até cerca de 1441. Razões internas explicam esta paragem.

Em 1433 morre D. João I sucedendo-lhe o seu primogénito D. Duarte, que terá um reinado curto de uns escassos cinco anos, se bem que há já duas décadas conhecesse os meandros da governação. Como que protagonizando o epílogo do reinado anterior, procura manter um equilíbrio entre o senhorialismo e o centralismo. Homem

culto, de escrita e devotado sobremaneira às tarefas administrativas, dá corpo a legislação vária que nas *Ordenações Afonsinas*, iniciadas ao tempo de D. João I e terminadas em 1446, se reúne. Governa apoiado em conselheiros que eram os mesmos grandes senhores que vinham já do tempo de seu pai e ausculta os concelhos reunindo 3 vezes as Cortes.

Polarizou a vida política do seu tempo o debate sobre os rumos de África. Agora começava a cavar-se o fosso entre uma política de conquista, de fixação, e uma outra de exploração, de transporte. A maioria dos grandes senhores advogava um reforço das nossas posições em Marrocos e decidiu-se conquistar Tânger; mas a expedição foi um fracasso e aí se perdeu, em longo cativeiro, o infante D. Fernando.

Com a morte de D. Duarte em 1438 nova problemática se levanta no interior do país. Face a um herdeiro menor, a regência é disputada entre a mãe e um tio. Nos finais de 1439 o infante D. Pedro será revolucionariamente escolhido para regente pelos procuradores dos concelhos reunidos em Lisboa e sancionado legalmente nas Cortes desse mesmo ano. Perante uma sociedade dividida e vivendo tempos difíceis, D. Pedro só consegue governar mediante um forte apoio nos seus partidários. Concebe o reino um pouco como uma casa senhorial e através dos seus vassalos, colocados como oficiais, procura controlar a máquina judicial, militar e fiscal. Protege e protege-se com a sua descendência, casando a sua filha Isabel com o próprio monarca e nomeando o seu filho Condestável e Mestre de Avis. Envolveu-se nos conflitos internos de Castela, apoiando D. Álvaro de Luna contra os infantes de Aragão, visando com a sua intervenção militar além fronteiras garantir a inviolabilidade do nosso território, ainda que à custa dos sacrifícios do povo na manutenção desse estado de guerra.

Contrariando a tendência do reinado anterior, são agora privilegiadas as descobertas na costa africana, realizando-se entre 1441 e 1447 20 viagens, enquadradas pelo infante D. Henrique, a quem o regente concede, em 1443, o exclusivo da navegação e comércio a Sul do Bojador. Sucedem-se as viagens, onde já é difícil separar a finalidade de descoberta ou mercancia. Começam a afluir o ouro e os escravos e a ser intenso o tráfego comercial, que, doravante, vai servir, sobremaneira, os interesses da Coroa e de uma camada de nobres-mercadores.

Mas em 1448 as atenções refluem de novo para o interior do país. D. Afonso V, que dois anos antes atingira a maioridade, toma conta do poder e em seu tomo se desenvolve uma campanha contra

o infante, liderada pelo duque de Bragança, que vai culminar na batalha de Alfarrobeira, onde D. Pedro perde a vida. Sai vitoriosa a fidalguia, que dominará durante o reinado do *Africano*. O monarca acarinhá-la-á com mercês e privilégios, fortalecendo as casas nobres, e conduzirá a política expansionista a seu contento. Assim, depois de ter abandonado a ideia de cruzada contra os Turcos, visa Marrocos e apodera-se de Alcácer Ceguer, como alguns anos mais tarde de Arzila e Tânger.

Até 1460, data da morte de D. Henrique, prolongam-se as descobertas na costa africana chegando-se até à Serra Leoa. Depois dessa data a exploração e comércio africanos serão arrendados por alguns anos a um particular — o que os povos contestam em Cortes — e só de novo em 1474 os descobrimentos voltam a passar para a esfera de influência do Estado, quando D. Afonso concede vitaliciamente o exclusivo dos tratos africanos a seu filho D. João, futuro herdeiro do trono. Todavia, durante a sua longa governação, ouro, escravos, marfim, malagueta e pimenta de rabo afluíam ao reino, minimizando as dificuldades do tesouro público e permitindo até a cunhagem de uma moeda de ouro com credibilidade internacional, o cruzado. Com o concurso da mão-de-obra escrava se pôde mesmo arrotear novos espaços, aumentando a área de cultivo, enquanto o comércio florescia e o artesanato ia respondendo às exigências de um aumento crescente do consumo. Mas em contrapartida eram grandes os gastos, sobretudo com guerras e casamentos, sofrendo os povos uma pesada carga fiscal, agravada pelos vexames de uma fidalguia cada vez mais opressiva.

No plano das relações internacionais, D. Afonso V prestigia-se com o casamento de sua irmã com o imperador da Alemanha; mas ao envolver-se nos conflitos da sucessão do reino de Castela, para apoiar sua sobrinha D. Joana, deslocando-se mesmo a França para pedir o auxílio de Luís XI, sofre uma derrota. Morre em 1481, legando um reino e deixando um país, onde profundas alterações se vão introduzir pela mão forte de D. João II, que incentivará a transformação de uma velha e tradicional monarquia, de laivos feudais, acelerando a formação de um "Estado moderno", centralista, forte e mercantil.

Nessa herança incluía-se também um legado cultural que enformara e apoiara o ideário da dinastia de Avis. Uma dinastia que, sem raízes numa lídima sucessão hereditária, carecia, mais que nenhuma, do suporte da escrita. A corte era assim o grande centro cultural que promovia a criação literária, fomentava a produção de

livros e incitava à leitura, com vista a consolidar e impor a imagem dos seus dirigentes e a difundir uma doutrinação política e uma orientação cultural da nova nobreza. A prosa era agora o veículo desta literatura, quebrando-se a tradição lírica e trovadoresca dos tempos anteriores. No centro de interesse as temáticas teóricas e doutrinárias, políticas, religiosas e morais. Os romances de cavalaria, os espelhos de príncipes e os tratados técnicos servem o ideal de acção e governo que se quer propagandear. A historiografia fixará esses valores em reis e senhores para servirem como *exemplum*.

Mas os monarcas da segunda dinastia não se limitaram a divulgar e fazer copiar estas obras. Cultos e letrados, eles próprios foram autores. D. João I, no *Livro de Montaria*, e D. Duarte, no *Livro de Ensinança de bern cavalgar toda a sela*, dissertam e convidam à caça e desporto físico, actividades para-militares esquecidas pelos cortesãos. Por sua vez, no *Leal Conselheiro* e na *Virtuosa Bemfeitoria*, D. Duarte e o infante D. Pedro, respectivamente, apresentam aos príncipes e nobres as normas e modelos de conduta política, ética e moral. Estas obras saídas da pena de reis ou infantes e as demais que circulavam na corte são reveladoras de um modelo tradicional de organização senhorial, em que o rei, como cabeça, dirigia os membros do corpo político, governando com vista ao bem comum. Mas não deixam já de prenunciar os tempos vindouros pela utilização dos valores clássicos como exemplo, ainda que subordinados a uma cosmogonia religiosa, e pelo apelo à importância da observação e experiência práticas.

Como remate da finalidade didáctica e exemplar desta produção literária temos a historiografia, que então largamente se desenvolve. Com Fernão Lopes, autor das *Crónicas de D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*, em primeiro plano. Se a tradição historiográfica, tem raízes no passado, o certo é que Fernão Lopes renova completamente a história com o seu método crítico e reflexivo, a sua mestria narrativa, a sua amplitude temática. O cenário onde se desenrolam os acontecimentos e actuam os reis e senhores é o espaço de toda a nação, sustentada pelo colectivo de homens e mulheres que em grandes quadros são revelados. As acções e figuras individuais inserem-se num todo, dando mais consistência à apologia de Avis que protagonizava uma outra fundação do reino. E jamais os reis deixarão de ter os seus cronistas, porque a História se alia ao Poder. Zurara lega-nos a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné*, verdadeiro panegírico do infante D. Henrique. Por sua vez Rui de Pina escreve as *Crónicas de D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. E a par dos reis os senhores querem ser recordados e enaltecidos pela

escrita. Na linha de uma historiografia senhorial está a *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares e as *Crónicas de D. Pedro de Meneses* e *D. Duarte de Meneses*, de Zurara.

A corte, com toda esta animação cultural, era produto e cadinho de múltiplas influencias, desde a inglesa, que D. Filipa protagonizaria, com a voga da literatura do ciclo arturiano ou a importação de esculturas de alabastro, até à italiana, activada pelas viagens do infante D. Pedro, à francesa, castelhana e sobretudo borgonhesa, como no-lo atesta o *Livro de Horas*, de origem flamenga, que possuía D. Duarte e posteriormente as tapeçarias de Pastrana, mandadas confeccionar por D. Afonso V, evocando os feitos de Arzila e Tânger.

A par da corte, e servindo mais vastas camadas sociais, uma outra instituição cultural existia no reino, a Universidade. Fundada ao tempo de D. Dinis, e havendo oscilado entre Coimbra e Lisboa, onde então se encontrava, ela vai conhecer novas reformas e significativo implemento com os membros da dinastia de Avis. D. Henrique será seu protector, dando-lhe instalações próprias e criando novos cursos. D. Pedro teve a intenção de criar uma outra Universidade em Coimbra, projecto que se malogrou. D. Afonso V, por seu turno, concedeu bolsas que facilitavam os estudos. E nesta instituição, como noutras congéneres estrangeiras (p. ex. Bolonha), se formava o escol de juristas e letrados que suportavam a administração e a burocracia régias.

E era este público rico e letrado — reis, nobres ou burgueses — que promoveria as demais manifestações artísticas. Fossem igrejas ou mosteiros, em belo estilo gótico, em que sobressai o imponente mosteiro da Batalha, ou castelos e paços, como o assinalável paço dos duques de Bragança, em Guimarães. Senhores e burgueses que buscavam a eternidade da pedra em túmulos decorados com ricas estátuas jacentes ou almejavam fixar a sua individualidade na pintura do seu retrato. Mas toda uma imagem colectiva da sociedade, que sob a tutela dos reis de Avis se foi estruturando, ficou-nos primorosamente retratada nos magníficos painéis de S. Vicente, atribuídos a Nuno Gonçalves.

E será sobre essa sociedade, que em novos moldes e imprimindo outras directrizes, vai actuar D. João II. Assumindo o Estado como um valor transpersonalizado, que a sua divisa e reforma do brasão bem simbolizam, a justificativa dos seus actos pauta-se por esses ideais superiores. Assim, a abertura das Cortes de 1481-82, que lhe deviam prestar menagem, são o espectáculo desse poder régio que pelo distanciamento e fausto a todos se impõe, para todos submeter.

As formalidades desse preito exigidas à nobreza causam mal-estar. Mas D. João II agia com um pensamento definido, sendo-lhe imperioso cercar o poder da nobreza e a feudalização do reino, para impor a sua política sem travões ou oponentes. Sob o pretexto de conspirações, reais ou fictícias, são executados, assassinados ou postos em fuga os principais líderes da fidalguia, mormente os poderosos duques de Bragança e Viseu. O povo, sempre vexado pela nobreza, apoiaria a política régia. Aliás D. João II preferia uma clientela de gente de mais baixa condição, penhor de uma fidelidade mais estreita e leal para consigo. Os vassallos que povoavam a sua corte eram pois recrutados entre uma nobreza de segundo plano e até mesmo entre a vilania. De igual modo, em Cortes, favorecia muitas vezes as pretensões dos mesteiros e lavradores, indeferindo os pedidos da aristocracia vilã. Com um programa político de múltiplas reformas teve em vista a modernização e aperfeiçoamento do aparelho administrativo e judicial e o controlo do sistema militar.

Rei que age com firmeza no plano interno, impõe-se igualmente com determinação no externo, visando o prosseguimento da expansão ultramarina e a definição de uma política ibérica. Para controlar o activíssimo comércio do golfo da Guiné ergue a fortaleza de S. Jorge da Mina. Diogo Cão ao chegar ao Zaire e à Serra Parda firma aí a soberania portuguesa com a colocação de padrões. Inicia-se a colonização do Congo e intenta-se a fixação no Senegal e no reino de Benim. Em 1487 sai a expedição de Bartolomeu Dias, que no ano seguinte o leva a ultrapassar o Cabo da Boa Esperança, abrindo-se a via marítima do caminho para a Índia, caminho que também por terra o monarca fizera explorar. O volume e a rentabilidade altíssimos do comércio do ouro, dos escravos e das especiarias atraía os mercadores estrangeiros e despertava cobiças. Defensor da doutrina do "mare clausum", que dava ao descobridor de uma terra o direito ao exclusivo da navegação e comércio, teve o soberano que sustentar frequentes hostilidades com os castelhanos. Mas em 1480 é assinado o Tratado de Toledo em que os Reis Católicos reconhecem a Portugal o direito ao exclusivo da navegação e comércio nos mares e em toda a costa descoberta ou a descobrir desde o cabo Não e Bojador até às Índias, em troca da desistência de Portugal às Canárias. Esta divisão das novas terras mostrou-se inviável a partir da descoberta do cabo da Boa Esperança e da chegada de Colombo, em 1492, às Antilhas. É proposta então uma nova partilha, já não pelo paralelo mas por um meridiano. O monarca não aceita uma primeira divisão sancionada pelo papa, pois que, a coberto da política de sigilo que rodeou as

nossas descobertas, devia ser do conhecimento dos portugueses a existência do continente americano. Ficará então acordado, em Junho de 1494, pelo Tratado de Tordesilhas, a fronteira da expansão portuguesa e da espanhola, que se balizaria pelo meridiano que passasse a 370 leguas a ocidente de Cabo Verde, salvaguardando-se para Portugal a Índia, mas não menos a futura Terra de Vera Cruz.

Esta concertação ibérica tivera antes o selo de uma efémera aliança matrimonial, com o casamento de D. Isabel, filha dos Reis Católicos, e do príncipe herdeiro D. Afonso, em 1490. Momento em si mesmo particularmente importante para, através dos ricos festejos realizados em Évora, no jogo da representação e ostentação, por entre tecidos ricos, torneios, touradas e banquetes, se difundir a imagem de uma corte rica, poderosa e prestigiada. Mas logo no ano seguinte o sonho da união das monarquias se desfez com a morte do príncipe. Disputa-se a sucessão ao trono entre o filho ilegítimo do monarca, D. Jorge, e o primo do rei e irmão da rainha, o duque de Beja, que a ele acabará por ascender em 1495.

Herda esse *Venturoso* um reino que quase avistava a Índia, pleno de riquezas. Os lucros dos resgates africanos faziam afluir ao erário régio montantes elevadíssimos de ouro que em boas cunhagens áureas se traduziam. Mas essa riqueza, centralizada em Lisboa através da casa da Guiné e da Mina, e a partir daí redistribuída, sustentava perigosamente canais de consumo e não de investimento. Internamente não se criam novas actividades ou riqueza e não parece ter aumentado o volume de exportações. E assim, ao lado de tamanha grandeza, há queixas de miséria. E o declínio virá quando os custos da manutenção do império ultramarino não compensarem as remessas chegadas ao reino. Não ainda com D. Manuel, que saberá manter e consolidar o estado centralista e poderoso que recebera do seu antecessor.

Logo, fortalece a centralização monárquica com um coerente plano de reformas da governação central e local, que adensam a malha burocrática, disciplinando e organizando os aparelhos de Estado, sendo bem conhecidas as *Ordenações Manuelinas* e a reforma dos forais. Igualmente são preparados por juristas vários regimentos, como os da Casa da Índia e da Mina (1509), das Sisas (1512), dos Contos (1514) e da Fazenda (1516), que regulamentam o funcionamento das diversas instituições, pilares do Estado centralizado e burocrático que assim se consolidava. Busca-se internamente a paz e o sempre almejado equilíbrio social. Conseguido, ainda que com alguns sobressaltos. Os nobres exilados terão permissão para regressar,

a casa de Bragança recompor-se-á, mas em paralelo os conselheiros e os oficiais de D. João II permanecem na corte. No início do seu reinado, reúnem-se com frequência as Cortes, satisfazendo-se nelas alguns pedidos do Terceiro Estado. Mas certas sublevações e protestos dos concelhos contra medidas régias se fizeram sentir pontualmente, tendo sido apaziguadas. Candente o problema dos judeus. Na sequência de decisões já tomadas pelo seu predecessor, D. Manuel publica, em 1496, o decreto da expulsão dos judeus no prazo de 10 meses. Poderiam todavia ficar os que se convertessem, sendo exigida uma conversão em massa dos filhos menores de 14 anos. A forte concorrência entre cristãos e judeus e uma animosidade crescente entre ambos leva ao terrível massacre judaico de Lisboa, em 1506, cujos cabecilhas e intervenientes D. Manuel punirá com severidade.

No campo diplomático estreita-se a aliança com Castela, através dos sucessivos casamentos do monarca com duas filhas dos Reis Católicos, vincula-se o reino à política romana, mantêm-se boas relações com os outros estados europeus.

Na sequência do objectivo expansionista, as viagens serão continuadas, África não será esquecida. Em 1498 Vasco da Gama chega à Índia. O comércio entre o Oriente e o Ocidente vai sofrer profundas alterações com o declínio do poderio muçulmano e a quebra comercial das repúblicas italianas. O Mediterrâneo cede lugar ao Atlântico e por essa via se cruzarão as velhas civilizações europeia e oriental. Doravante serão os países do Atlântico que, na senda de Portugal, dominarão os mares e colonizarão outros espaços. Como o do Brasil, a Terra de Vera Cruz, onde Pedro Álvares Cabral toca em 1500. Com a nossa chegada à Índia, e para que os barcos viessem até Lisboa carregados de especiarias e outros produtos orientais, foi necessário empreender uma penosa guerra que os dois primeiros vice-reis, D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, dirigiram. Só à custa de uma militarização crescente e dispendiosa da empresa oriental a navegação nesses mares ficou sob a tutela das autoridades portuguesas, apoiada pelo domínio de cidades e fortalezas, como Ormuz, Goa e Malaca.

O prestígio português no Oriente atingiu então o seu apogeu. Portugal detinha um império marítimo e comercial, Portugal era o paladino da *Respublica Christiana*. Grandeza e ideal que D. Manuel deposita aos pés de Leão X. Na embaixada que lhe enviou em 1514, chefiada por Tristão da Cunha, brilhavam as oferendas de joias e panos e deslumbrava, pelo exotismo, o desfile de um elefante, uma onça e um cavalo persa, presente do rei de Ormuz.

Com D. Manuel atingia-se o epílogo dessa longa história de descobrir. A atestá-lo a grandeza do monumento dos Jerónimos que ao tempo se ergue e a construção do baluarte e padrão que se traduz na Torre de Belém. Mas igualmente se prosseguiu no seu reinado a marcha da conquista por terras de África. A presença cristã na Mauritânia ocupará então a extensa linha de costa que ia de Ceuta até Santa Cruz, hoje Agadir.

Império vasto, o que Portugal detém em Quinhentos. Com a sua riqueza se sustenta o luxo, a ostentação e a ociosidade dos cortesãos. Mas a manutenção desse império exigia largos dispêndios, até porque as potências estrangeiras o tinham em mira e atacavam com frequência. Para além de que os seus proveitos não eram eternos e não foram investidos lucrativamente. E os primeiros sintomas da derrocada manifestam-se no reinado de D. João III.

O Portugal marroquino teve de ser em parte abandonado, a favor da manutenção dos territórios do Oriente. O reino não aguentava a contínua punção de gentes e despesas. E a perseguição movida aos cristãos-novos pela Inquisição, definitivamente instaurada em 1536, mais contribuiu para a descapitalização interna, fomentando a diáspora desse povo, que activará economicamente outras paragens, como a nossa feitoria de Antuérpia. A desproporção entre a grandeza do império e as dificuldades do reino é referida, com pessimismo, nos escritos contemporâneos. Esse veio a ser o preço inexorável da nossa vasta empresa ultramarina. Na vivência de anos já sombrios se ergue, porém, a voz do poeta que n'Os *Lusíadas* glorifica toda a história de um povo que, para sempre, soube dar "novos mundos ao mundo".

Imorredoiras as acções dos homens, imorredoiras as letras e as artes que delas dão testemunho. Os traços de modernidade que nos finais do século XV perpassaram pelo campo político e social atingiram também a cultura. Lentamente, em tempos de Afonso V e sobretudo de D. João II, os humanistas marcam presença em Portugal, e desde logo este último monarca foi educado por um deles, Cataldo Sículo. Outros estiveram na Corte, o principal foco de cultura, bem como diversos portugueses rumaram até Itália, aí se familiarizando com os autores greco-latinos. D. Manuel, que exigiu até conhecimentos de gramática aos moços da corte, animou com pensões estes estudos no estrangeiro, o mesmo acontecendo com D. João III que criou 50 bolsas para estudantes portugueses cursarem o colégio de Santa Bárbara, em Paris. Com a reforma joanina da Universidade, definitivamente instalada em Coimbra, e depois com a fundação do Colégio das Artes,

este humanismo, como impulso criador e crítico, atinge o seu apogeu. A difusão da cultura clássica foi favorecida pelas novas técnicas de produção do livro, ou seja, a imprensa, que entre nós se conhece desde as últimas décadas do século XV.

A partir do paço se teria também reanimado a poesia. No *Cancioneiro Geral*, impresso em 1516, reuniu Garcia de Resende grande parte da produção poética dos reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Trata-se de poemas que retratam o ambiente cortesão, onde predomina o carácter lúdico e o sentido da representação e espectáculo, prenunciadores das cortes da Renascença. Como temas preferidos as disputas de amor e as composições satíricas, embora alguns textos envolvam já uma crítica à corte e às transformações negativas que as empresas ultramarinas ocasionavam na sociedade portuguesa.

Toda a ambiência de Renascimento se combinava com o sentido universalista da cultura portuguesa. As descobertas e conquistas puseram-nos em contacto com novos mundos e variadas civilizações. E tais empresas exigiram e fomentaram um vasto leque de conhecimentos teóricos e práticos na arte de navegar e cartografar. Uma atitude empirista, como método científico, domina os espíritos, sendo o móbil de muitas obras que renovaram a ciência náutica, a astronomia, a matemática, a medicina e tantas outras disciplinas. A par da história, que conta os grandes feitos ultramarinos portugueses, surgem as descrições de viagens ou os relatos de descobertas, como a conhecida carta de Pero Vaz de Caminha para o Brasil, que divulgam os costumes e a maneira de ser de outros homens e civilizações. E na arte, esses ecos do mar, à mistura com motivos vegetais e emblemáticos, traduzem-se na nova linguagem plástica, que se convencionou designar por estilo manuelino, e que nos Jerónimos tem a sua obra-prima.

Pondo em palco os pequenos e grandes actores do Portugal Quinhentista, redimensiona-se o teatro pela mestria de Gil Vicente. A sua obra inicia-se com o *Monólogo do Vaqueiro*, encomendado por D. Leonor, justamente por ocasião do nascimento do príncipe D. João, futuro D. João III. Ao longo de três décadas vai levar à cena várias dezenas de peças que desenvolvem temas alegóricos de índole religiosa ou profana, aí com uma vincada intenção satírica social e ideológica. Entroncando numa cultura popular, o seu saber caldea-se com alguns elementos da cultura mais erudita e até com as novas correntes religiosas do tempo, mas advém sobretudo da observação directa da realidade. No seu teatro perpassa, ainda, e sobretudo, uma

sociedade tradicional de senhores terratenentes que oprimem o campesinato, ao lado de uma corte fortemente atractiva e enxameada de parasitas e funcionários venais. Mas o impacto da expansão ultramarina é também retratado em algumas figuras-tipo da sua obra, colhidas ao vivo no olhar inteligente e crítico da Lisboa de então.

Da Batalha, marco erguido por D. João I em louvor da independência conquistada em Aljubarrota, aos Jerónimos, mandados levantar como símbolo da epopeia da expansão; de Fernão Lopes, pintor de uma dinastia, incrustada num colectivo nacional, a Gil Vicente, autor e actor no palco de uma sociedade dividida pelo choque do velho e novo mundo, um longo e variado caminho pelo Portugal das Descobertas, mas uma mesma intenção de memória e glorificação dos feitos dos homens, no singular e colectivo, para serem lição e orgulho das gerações vindouras.